



**PAUTA
PARA A 179ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 19, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Revoga o inciso I do artigo 158 da Resolução nº 576, de 1970, com as modificações posteriores, na forma da XIV Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 744, de 2012, de autoria do deputado Simão Pedro. Declara de utilidade pública o "Instituto Cidadão Brasileiro Participativo - ICIBAP", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 745, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública o "Grupo Solidariedade entre Amigos Lutando e Vivendo com Esperança - G.S.A.L.V.E.", em Sales Oliveira.

4 - Moção nº 111, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela à Senhora Presidenta da República no sentido de que mantenha gestões junto ao titular do Ministério da Educação para que adote as medidas necessárias visando a ampliação maciça do número de Bolsas do Programa de Residência Médica no Estado de São Paulo, notadamente nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria e Dermatologia.

2ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 18, de 2012, de autoria do deputado Adriano Diogo. Dispõe sobre a alteração de dispositivo da Resolução nº 879, de 2012.

2 - Projeto de lei Complementar nº 47, de 2012, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado, a criação de Varas Regionais e de Circunscrição, a modificação parcial da Lei Complementar nº 980/2005.

3 - Projeto de lei Complementar nº 48, de 2012, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre criação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça e Ofícios que especifica, necessários ao atendimento da Lei Complementar nº 980, de 2005.

4 - Projeto de lei Complementar nº 49, de 2012, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre criação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça e Ofícios que especifica, necessários ao atendimento da Lei Complementar nº 980, de 2005.

5 - Projeto de lei nº 741, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais aos Oficiais de Justiça Avaliadores do Poder Judiciário do Estado, aos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho do Estado e da Justiça Federal e aos Oficiais de Justiça Militar Federal, enquanto lotados no Estado de São Paulo.

6 - Projeto de lei nº 742, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Oficial do Estado de São Paulo a "Virada Cultural Inclusiva".

7 - Projeto de lei nº 743, de 2012, de autoria do deputado Roque Barbieri. Altera disposições da Lei nº 11.331, de 2002, para dar nova disciplina para a verba de custeio dos atos gratuitos praticados pelos oficiais de registro civil das pessoas naturais.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 729, de 2012, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Prof. David Golia" à Escola Estadual do Conjunto Habitacional Miguel Vilar, em Valparaíso.

2 - Projeto de lei nº 730, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Cria o serviço voluntário de Capelania carcerária em todos os estabelecimentos do Departamento de Administração Penitenciária do Estado.

3 - Projeto de lei nº 731, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica como Estância Turística o Município de Cabreúva.

4 - Projeto de lei nº 732, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica como Estância Turística o Município de Porto Feliz.

5 - Projeto de lei nº 733, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui a política estadual de fomento ao voluntariado.

6 - Projeto de lei nº 734, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Vereador João Bento Rangel" ao viaduto localizado no km 39 da Rodovia dos Tamoios, em Paraibuna.

7 - Projeto de lei nº 735, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival dos Imigrantes", em Jacareí.

8 - Projeto de lei nº 736, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Cria o programa estadual de incentivo aos municípios que instituem e/ou mantenham programas antidrogas.

9 - Projeto de lei nº 739, de 2012, de autoria do deputado Chico Sardelli. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Museu dos Esportes", na Capital.

10 - Projeto de lei nº 740, de 2012, de autoria do deputado Samuel Moreira. Declara de utilidade pública a "Associação Hortifrutflores de Jarinu", naquele Município.

11 - Moção nº 109, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de defender e fazer valer, em todos os seus termos, as prerrogativas que lhes são afetas quanto à declaração de perda de mandato parlamentar nos casos de condenação criminal transitada em julgado, nos termos do que dispõe os artigos 15, inciso III, e 55, inciso VI e § 2º, da Constituição Federal.

12 - Moção nº 110, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que sejam elaborados estudos para a revogação das exigências de idoneidade cadastral e fiadores para a obtenção do FIES - Programa de Financiamento Estudantil, contidas na Lei nº 10.260, de 2001.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 720, de 2012, de autoria do deputado Carlos Cezar. Isenta, no ano da aquisição, de pagamento de IPVA os veículos novos automotores utilizados exclusivamente para transporte de carga e/ou passageiros.

2 - Projeto de lei nº 721, de 2012, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dispõe sobre a inclusão de data, horário e valor nos comprovantes de estacionamento.

3 - Projeto de lei nº 722, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o "Hospital e Santa Casa de Misericórdia de Álvares Machado", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 723, de 2012, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dispõe sobre proibição de instalação de anúncios em escolas integrantes da Rede Estadual de Ensino.

5 - Projeto de lei nº 724, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre espaço para manifestação dos servidores nas páginas virtuais de domínio da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional.

6 - Projeto de lei nº 725, de 2012, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Autoriza o Poder Executivo a destinar recursos para que a Secretaria de Segurança Pública do Estado disponibilize em cada Distrito Policial e Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher a Lei Maria da Penha, para consulta em local visível e de fácil acesso.

7 - Projeto de lei nº 726, de 2012, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Declara de utilidade pública o "Grupo Escoteiro Santana", em Sorocaba.

8 - Projeto de lei nº 727, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Dispõe sobre a isenção de ICMS para equipamentos de proteção para motociclistas e desconto anual do IPVA para motocicletas equipadas com freio do tipo ABS no Estado.

9 - Projeto de lei nº 728, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Cria o "Relatório de Atendimento Hospitalar" às vítimas de arma de fogo ou arma branca no âmbito do Estado.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 718, de 2012, de autoria da deputada Analice Fernandes. Declara de utilidade pública o "Espaço Infantil Recreativo e Educacional Quadrangular Projeto Vida", na Capital.

2 - Projeto de lei nº 719, de 2012, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Dá a denominação de "Estação Banespa Borba Gato" à futura Estação Borba Gato da Linha 5 - Lilás do Metrô, na Capital.

3 - Moção nº 108, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal, assim como para todos os Senadores daquela Casa de Leis, para que aprovem, em caráter de urgência urgentíssima, a proposta inserida na Medida Provisória nº 577, que prorroga a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para aquisição de veículo de táxi, até o ano de 2016.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 751, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Caixa Econômica Federal - CEF, o Banco do Brasil - BB, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, ou outras instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento, bancos privados nacionais e internacionais, agência multilateral de garantia de financiamentos.